

Ato contra projeto de Covas mobiliza 20 mil

Fotos: Carlos Gueller

Os servidores públicos estaduais demonstraram sua força e disposição de luta no ato público realizado na quinta-feira, dia 12, diante da Assembléia Legislativa, em protesto contra o projeto previdenciário do governador Mário Covas. O ato reuniu cerca de 20 mil servidores e setenta entidades representativas do funcionalismo, entre as quais a Adusp.

Centenas de faixas deram tom indignado ao protesto, denunciando o caráter confiscatório, injusto e excludente do projeto de Covas.

Muitas delas exigiam a inclusão, na previdência estadual, dos servidores enquadrados na Lei 500, cuja situação é semelhante à dos docentes precários da USP. Outras pediam a saída de Covas, de FHC e do FMI.

As lideranças do funcionalismo levantaram a possibilidade de greve, caso o governo não retire o projeto que está em tramitação na Assembléia (e que recebeu nada menos do que 755 emendas).

CPI do IPESP

Vários deputados manifes-



Servidores colocam Covas em xeque (acima). A Adusp marcou presença (detalhe)

taram apoio aos servidores, entre eles Rafael Silva, líder do PDT, e João Hermmann, líder do PPS.

O deputado Eloy Pietá, líder da bancada do PT, anunciou a constituição de uma CPI para apurar irregularidades no IPESP: "Vamos abrir aquela caixa-preta".

Ao final do ato, os manifestantes fizeram uma passeata em torno da Assembléia Legislativa.

Mídia destaca o protesto

O ato público repercutiu na mídia eletrônica e na mídia impressa. Embora a fonte fosse a mesma (a Polícia Militar), as estimativas de público variaram de 12 mil a 20 mil pessoas, possivelmente porque foram colhidas em momentos diferentes. Leia abaixo um resumo do que disseram os jornais.

Servidor estadual protesta contra aumento da previdência
Servidores públicos de todas as regiões do Estado protestaram ontem no estacionamento da Assembléia Legislativa contra o projeto de Previdência dos Servidores. O protesto reuniu 20 mil funcionários, segundo a Polícia Militar, ou 35 mil conforme estimativa do coordenador do movimento. (Diário Popular)

Ato contra Covas reúne 13 mil em SP
Os funcionários públicos do Estado de São Paulo fizeram ontem a maior manifestação contra o governo de Mário Covas (PSDB) desde sua posse no primeiro mandato, em 1995. O ato público contou a participação de cerca de 13 mil pessoas, segundo a Polícia Militar. (Folha de S. Paulo)

Previdência gera protesto em São Paulo
A proposta de reforma previdenciária do governo do Estado de São Paulo mal começou a tramitar na Assembléia Legislativa e já está gerando confusão. Com esse projeto, o governo quer baixar seu desembolso anual com a Previdência dos atuais R\$ 5,4 bilhões para R\$ 4,1 bilhões e os servidores pagariam R\$ 1,9 bilhão, enquanto hoje são R\$ 600 milhões. (Gazeta Mercantil)

Servidores de SP fazem protesto
Líderes ameaçam com paralisação se Covas não desistir do projeto que muda previdência. Segundo a Polícia Militar, o ato contou com cerca de 12 mil pessoas. (O Estado de S. Paulo)

Próximos passos da luta

A assembléia dos docentes da USP da Capital aprovou, no dia 10 (veja matéria na página 4), uma série de iniciativas com o objetivo de dar continuidade à luta:

- 1) formar uma comissão de docentes para visitar os deputados estaduais e pressioná-los para que votem contra o projeto de Covas; as visitas acontecerão sempre das 14 às 16 horas e a primeira está marcada para o dia 18 de agosto (4ª feira), com saída da Adusp às 13h30.
- 2) apresentar e debater a questão nos conselhos e congregações, para que tomem posição a respeito; encaminhar à Adusp as respectivas manifestações, para divulgação;
- 3) divulgar e discutir as emendas propostas pelos deputados;
- 4) os colegas do interior devem organizar visitas aos políticos da região e sensibilizá-los para o problema.

GT prepara debate sobre segurança na USP

O GT sobre a violência nos campi da USP decidiu, na reunião realizada no último dia 6, elaborar um questionário a ser enviado aos docentes, e organizar um debate, aberto a toda a comunidade universitária.

Pouco antes do fechamento deste Informativo, a Adusp recebeu ofício do reitor, professor Jacques Marcovitch, em resposta a perguntas formuladas pelo GT em relação à política de segurança da USP, aos dados e diagnósticos sobre a violência e à evolução do quadro efetivo e de recursos técnicos de segurança em nossos campi. Em sua próxima reunião, o GT analisará a res-

posta da Reitoria e providenciará a sua divulgação.

O estupro de uma professora da FFLCH, em junho último, voltou a colocar em evidência a insegurança existente no campus da Capital. Ao longo de duas horas de reunião, o GT debateu o problema da violência nos campi e examinou uma série de propostas para aumentar a segurança. A troca de opiniões revelou que há propostas bem diferentes para o problema.



Complexidade

Os professores Norberto Guarinello e Maria Otília, entre outros, defenderam o levantamento de dados e a consolidação de um diagnóstico sobre a violência nos campi, a partir do qual seriam apresentadas soluções. Já o professor Tibor Raboczay defendeu a opinião de que a solução central é a entrada da Polícia Militar no campus, desde que condicionada a certos controles, nos moldes da chamada Polícia Comunitária.

A maioria dos presentes

manifestou-se contrariamente à presença da PM, por avaliar que o problema é complexo e exige mais do que providências pontuais, envolvendo aspectos nem sempre lembrados, como o trânsito perigoso para os pedestres e o tráfico de drogas.

Serão convidados a participar do debate público, além da Reitoria, pesquisadores do Núcleo de Estudos da Violência, da CECAE e de grupos ou entidades que de alguma forma venham investigando a questão da violência. A próxima reunião do GT, que é coordenado pelo professor Francisco Miraglia, está marcada para o dia 20 de agosto, às 12 horas, na sede da Adusp.

Anistia será celebrada com ato público no Tuca, dia 23

Os militantes da luta pela Anistia aos presos e perseguidos políticos do regime militar, participantes do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro da Anistia, juntamente com o Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, celebrarão os 20 anos de vigência da Lei da Anistia no próximo dia 23 de agosto, às 19 horas, com um ato público no Teatro da Universidade Católica (TUCA), na rua Monte Alegre, 1024, Perdizes.

A Lei da Anistia foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 29 de agosto de 1979, depois de forte pressão dos movimentos populares.

Andes repudia projeto de autonomia apresentado pelo MEC

No dia 29 de julho o MEC divulgou projeto de lei relativo à implantação da autonomia nas universidades federais. A proposta do MEC institui a quebra da isonomia salarial dos docentes, adota a figura dos contratos de gestão entre o MEC e cada uma das universidades, e abre a possibilidade de redução do repasse de verbas às universidades por decisão presidencial, no caso de "arrecadação insuficiente ou necessidade imperativa de redução do déficit ou obtenção de superávit no exercício".

A Andes encaminhou ao Ministério da Educação ofício em que contesta fortemente os principais dispositivos do projeto. No documento, a Andes questiona a constitucionalidade da redução de verbas, com base no artigo 207 da Constituição Federal, uma vez que o presidente da República não tem poderes constitucionais para alterar um orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

O projeto fixa um "piso

mínimo anual", que é o montante de verbas a ser destinado ao conjunto das universidades federais. Calculado com base nos orçamentos de 1997, foi fixado em 4,01 bilhões de reais para as 39 universidades federais. "O projeto é completamente anti-autônômico e nega *in totum* o Artigo 207 da Constituição", afirma Renato Oliveira, presidente da Andes, em nota divulgada pela entidade.

Maquiavelismo

"Trata-se de um maquiavélico projeto de gestão que fere todos os pressupostos fundamentais da autonomia, ao não assegurar um modelo jurídico adequado, não garantir financiamento público em níveis suficientes para a manutenção e expansão do sistema, e ao eliminar a possibilidade de um modelo de gestão administrativa, financeira, patrimonial, acadêmica e de pessoal que seja público, democrático e isonômico", acrescenta o presidente da Andes.

A questão do financiamento também é um dos pontos fracos no modelo de autono-

mia implantado na USP, Unesp e Unicamp pela Constituição Estadual de 1989. Com orçamento vinculado ao repasse do ICMS, o percentual de verbas destinado às universidades estaduais diminui cada vez que a arrecadação do Estado cai.

Em dezembro passado, o governo brasileiro firmou acordo com o FMI comprometendo-se a controlar os gastos, e esses cortes de verbas atingem fortemente a área da Educação. "As mudanças anunciadas são no sentido de restringir ainda mais a autonomia das universidades, reduzir seus financiamentos e adequá-las ao mercado, sem se preocupar em garantir as condições básicas para a melhoria do ensino e da pesquisa", declara o presidente da UNE, Ricardo Garcia Capelli, à Agência de Notícias Andes.

No último dia 9, diante das inúmeras críticas, que partiram também dos reitores, o Ministério da Educação recuou. O ministro Paulo Renato decidiu adiar o envio do projeto ao Congresso.

"ESTÁGIO DOCENTE"

USP pode modificar programa de pós-graduação para atender a Capes

Em face da nova exigência, por parte da Capes, de que seus bolsistas de pós-graduação façam obrigatoriamente um "estágio docente" aplicado nos cursos de graduação, elaborou-se na USP uma minuta para modificar o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE). A proposta foi enviada às Unidades para discussão no dia 14 de julho. O PAE, que até hoje baseia-se na adesão voluntária e paga aos participantes R\$ 181,40 mensais, pode passar a ser não remunerado.

O coordenador do GT Educação da Adusp, João Zanetic, vê essa adequação às exigências da Capes como subordinação da USP frente à agência. "A USP tem que discutir o seu programa e confrontá-lo com as propostas da Capes", afirma Zanetic. Ao instituir a obrigatoriedade do estágio docente, a Capes pressupõe que todos os pós-graduandos tenham interesse em uma formação pedagógi-

ca formal, o que não é verdade. Para Zanetic, alunos da Poli ou da Veterinária não têm o mesmo interesse nesta formação pedagógica que um aluno das ciências básicas ou de Letras, por exemplo. Zanetic critica também a interferência na pesquisa, já que, pela proposta, a conclusão do estágio docente dá direito a um número de créditos que pode chegar a 20% do total de créditos em disciplinas exigidos pela pós-graduação.

O artigo 5º da minuta afirma que "está vedado aos estagiários ministrar aulas teóricas sem supervisão do professor responsável", sem uma definição específica do significado de "supervisão". "A Capes parece estar querendo resolver o problema da falta de docentes usando estagiários não remunerados. O que significa 'supervisão'? Um aluno do PAE pode dar duas, três aulas por semana no lugar do professor da disciplina?", questiona o coordenador do GT.

O pró-reitor de pós-graduação, Hector Francisco Terenzi, vê a elaboração da minuta como uma "acomodação às propostas da Capes", não necessariamente negativa, já que "a USP não está subordinada à Capes, mas o próprio MEC se utiliza dela para gerenciar a pós-graduação, com avaliações que determinam inclusive se os títulos de mestre e doutor de determinada instituição têm ou não validade em todo o território nacional". Terenzi não acredita que o estágio docente possa interferir na pesquisa. "Acho que a atividade docente deve ser vista como parte do processo de formação do aluno, não como algo separado, desconexo. É como se fosse, de fato, uma disciplina", afirma o pró-reitor. Ele coloca como "supervisão" a presença em sala do professor responsável pela disciplina em que o estagiário do PAE possa vir a ministrar aula, admitindo, contudo, que o termo não fica

suficientemente especificado na minuta apresentada.

A provável não remuneração dos futuros estagiários do programa também tem seu fundamento em imposições da Capes. Uma vez que nos contratos assinados com a agência o bolsista é obrigado a fazer o estágio docente sem receber nada além do valor da própria Bolsa de Pesquisa, por questão de isonomia, segundo o pró-reitor, nenhum integrante deve, então, ser remunerado. Terenzi admite que há ainda muitos "pontos polêmicos" no projeto, como o procedimento de seleção dos candidatos da Capes ao PAE, já que para eles o programa seria obrigatório. Segundo o pró-reitor, os Conselhos de Graduação e de Pós-Graduação aguardam as sugestões das unidades para elaborar uma nova minuta do programa, com versão final provavelmente aprovada até outubro para entrar em vigor no início do próximo ano.

Resumo do Relatório da Tesouraria - Julho/1999

1. Receitas		
1.1.1. Contribuição Sócios	R\$	80.644,11
1.1.2. Repasse Andes-SN	R\$	16.092,01
1.1.3. Outros Repasses	R\$	468,00
Contribuição Líquida	R\$	64.084,10
1.2. Rendimentos Fundo de Reserva Estatutário	R\$	11.017,08
1.3. Rendimentos Outras Aplicações	R\$	2.587,78
1.4. Outras receitas variáveis	R\$	5.577,08
Total de Receitas	R\$	83.266,04
2. Despesas		
2.1. Pessoal/Encargos Sociais/13º/Férias	R\$	22.275,10
2.2. Assessorias	R\$	8.085,00
2.3. Comunicação	R\$	35.813,57*
2.4. Eventos/Empréstimos/Doações a entidades	R\$	10.453,61
2.5. Infra-estrutura e manutenção da Sede	R\$	8.739,97
2.6. Taxas e Tarifas Bancárias	R\$	1.926,36
2.7. Outros	R\$	1.402,94
Total de Despesas	R\$	88.696,55
3. Ativo Financeiro		
3.1. Fundo de Reserva Estatutário	R\$	1.081.374,83
3.2. Outras Aplicações	R\$	146.971,64
3.3. Conta-corrente	R\$	9.653,90
3.4. Caixa Secretária	R\$	1.457,27
Saldo Global de Julho	R\$	1.239.457,64
Saldo Global de Junho	R\$	1.244.918,15

* Inclui pagamento do anúncio publicado na Folha de S.Paulo no dia 26/06/1999.

GT Educação reúne-se no dia 27

A questão da exigência do "estágio docente" para bolsistas da Capes e a proposta de mudança das atuais monitorias através do programa PAE, noticiadas neste informativo, bem como outras medidas que vêm sendo adotadas pela reitoria como, por exemplo, o mestrado profissionalizante "sem ônus para a USP", o uso dos resultados do ENEM, entre outras, são consideradas preocupantes pelos componentes do GT Educação. Convidamos todos os colegas interessados no tema a participar de nosso GT.

A próxima reunião do GT, no dia 27 de agosto, sexta-feira, das 16 às 18 horas, na sede da Adusp, debaterá o tema "Estágio Docente e o Programa PAE".

Zinsly é reintegrado

O professor João Zinsly, da Esalq, foi reintegrado em suas funções no último dia 10. É um sucesso parcial na luta contra a demissão do professor e de mais três funcionários, ocorrida em 1998. A reintegração foi decidida pelo

CO, em reunião realizada em 23 de março, mas demorou quase cinco meses para ser executada pela Reitoria. Para uma decisão final sobre o caso, a Comissão Processante Revisora deverá apresentar novo relatório ao CO.

Na Capital e no interior, a mesma indignação

O projeto previdenciário do governador Covas tenta retirar do Estado a responsabilidade de financiar a aposentadoria dos servidores, jogando-a sobre os ombros dos próprios trabalhadores. As reuniões de docentes da USP realizadas nos últimos dias, na Capital e no interior, evidenciaram a grande insatisfação e contrariedade dos professores com o projeto.

As reuniões nos campi de Pirassununga e de Piracicaba, além de informar os detalhes do projeto em discussão na Assembléia Legislativa, serviram como um passo inicial na mobilização.

Em Ribeirão Preto, no dia 10, foi realizada assembléia que debateu o projeto do governo e planejou os passos futuros da sua mobilização contra o confisco de Covas. A regional emitiu boletim

próprio dando conta das liberações, discussões e propostas da assembléia.

A assembléia da Capital aprovou a paralisação para participação no ato público do funcionalismo e a publicação de uma nota na imprensa e chamadas no rádio no dia 12, para divulgar a posição dos docentes (*leia a nota ao lado*). Foram apontados graves problemas no projeto:

1- Não se sabe qual é o montante de dinheiro arrecadado pelo antigo IPESP, que sempre recolheu as contribuições do servidor. O governo diz dever 63 milhões de reais ao IPESP (e quer que os servidores paguem essa conta).

2- Os servidores contribuirão com pesadas alíquotas, mas a contribuição do governo é incerta. O artigo 35, inciso I do projeto fixa a contribuição mensal do governo

em 16% do salário-contribuição de cada servidor, mas apenas no primeiro ano, "podendo essa alíquota ser alterada, nos anos subseqüentes". Assim, o governo poderá reduzir gradativamente sua contribuição.

3- A cobrança de inativos e pensionistas constitui abuso inaceitável.

4- O projeto exclui cerca de 200 mil servidores que exercem funções e não cargos, entre eles os docentes precários (que na USP são cerca de 1.700 na ativa). O governo Covas quer descartá-los, relegando-os ao regime geral da previdência (INSS) e fazendo-os perder o direito à aposentadoria integral.

Além disso, a assembléia da Capital aprovou uma série de iniciativas anti-confisco, que publicamos na capa desta edição.

Docentes da USP rejeitam confisco do Covas

A ADUSP, Associação de Docentes da USP, vem a público informar à população que o projeto de previdência do governador Covas será, caso aprovado na Assembléia Legislativa, quebra de contrato social de longa data e o maior confisco salarial da história recente do funcionalismo estadual.

No Brasil, os trabalhadores são cada vez mais sacrificados sob a alegação de que é preciso superar supostos déficits para poder "investir no social". Banqueiros e grandes empresários estão sempre fora dessa conta e são beneficiários de todo tipo de ajuda, enquanto que saúde e educação ficam à míngua.

Ao contrário do apregoado, os servidores públicos não são uma categoria privilegiada. Durante décadas, sem direito ao FGTS, os servidores pagaram alíquotas de 8% sobre o total de seus vencimentos contribuindo para aposentadoria, assistência médica e pensão de seus familiares.

Além do confisco salarial, o projeto Covas tem a ousadia de excluir mais de 200 mil servidores estaduais. Entre os docentes da USP, os excluídos são cerca de 40%, que não têm cargo efetivo e nem são CLT, apesar de escolhidos em processos seletivos públicos e de terem as mesmas obrigações e responsabilidades dos efetivos. Esses contratos precários vêm ocorrendo há anos, não por opção dos docentes, mas por irresponsabilidade de sucessivos governos estaduais e reitorias.

O projeto terá conseqüências desastrosas na USP, UNESP e UNICAMP que são responsáveis por metade da produção científica do país e pela formação de milhares de estudantes por ano. Não ao confisco, não à exclusão!

Todos ao Ato Público do Funcionalismo, hoje às 14 horas, na Assembléia Legislativa!

Publicado no dia 12/8, na Folha e no Estadão, ao custo total de R\$ 47.251,70. Além da nota acima, foram veiculadas sete chamadas de 30 segundos nas rádios CBN e Eldorado ao custo total de R\$ 9.354,00.

DESAFIO MATEMÁTICO

Um sistema de previdência pode se constituir de várias formas e a Adusp publicou em 1995 um estudo intitulado *Em Defesa da Previdência Social Solidária* que discutiu algumas dessas alternativas de financiamento (leia este texto no site www.adusp.org.br). A discussão será retomada durante a tramitação do projeto do governador Covas na Assembléia Legislativa. Porém, nesse Informativo, queremos propor algo diferente, um desafio matemático que vai lhe surpreender! O problema é o seguinte:

Imagine que se formou um fundo através de uma contribuição mensal de 12% do seu salário (6% seu, 6% do empregador) ao longo de 35 anos e suponha que este fundo é reajustado em 1% ao mês (fruto de aplicação financeira, por exemplo). Admita ainda que a evolução salarial nesses anos, em termos do salário atual (S), é a da tabela abaixo.

Período (anos)	Salário
1° ao 10°	$\frac{1}{4} S$
11° ao 20°	$\frac{1}{2} S$
21° ao 30°	$\frac{3}{4} S$
31° ao 35°	S

Para simplificar, considere 12 contribuições anuais e a inexistência de inflação. Pergunta-se:

- a) **Ao fim de 35 anos, quanto estará acumulado no fundo? Faça a conta em função do salário atual (S).**
 b) **Suponha que após 35 anos a contribuição é suspensa*, é retirado do fundo a cada mês um salário (S) e o fundo continua sendo reajustado em 1% ao mês. Considere que, a cada mês, a retirada sempre antecede o reajuste. Qual o montante que restará no fundo após 60 meses? E após 600 meses?**

É claro que outras hipóteses poderiam ser feitas mas essas já são bastante educativas. Como as contas envolvem conhecimentos matemáticos do ensino médio (soma finita de progressão geométrica) convidamos você a desafiar seu amigo, colega ou filho(a). Acreditamos que além de desenferrujar a matemática que pode estar esquecida, você vai ter um susto com suas contas. Estaremos recebendo respostas até 2ª feira, 23 de agosto, por e-mail, fax ou carta. Entre as soluções recebidas dos associados, sortearemos uma que será agraciada com uma semana de almoço grátis para duas pessoas no Clube dos Professores da capital ou do interior. Diretores e conselheiros da Adusp estão fora do sorteio e a resposta estará no site da Adusp no dia 24 de agosto.

* *No funcionalismo, a contribuição de 6% do servidor continua após a aposentadoria.*